

Índice

Os direitos de consciência são direitos de primeira.....	1
Jean Guilton: Cultivar o espírito e a vida intelectual.....	2
“Cómo mandar bien”.....	3
“Chernobyl”.....	4

Os direitos de consciência são direitos de primeira

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS – Health and Human Services) dos Estados Unidos aprovou diretrizes que melhoram a proteção do direito à objeção de consciência no âmbito da saúde, ao exigir que ninguém seja discriminado por se negar a participar em práticas contrárias às suas convicções. Vão substituir as emitidas pelo HHS em 2011, durante a presidência de Barack Obama.

O [regulamento](#) – de mais de 400 páginas – reúne e desenvolve as disposições dispersas numa vintena de leis federais, aprovadas em administrações de diversas orientações políticas e nem sempre integradas na prática médica. O HHS pensa que servirá para enfrentar o aumento de conflitos de consciência acontecido nos últimos anos.

Entre os casos mais sonantes encontra-se o de [doze enfermeiras](#) que enfrentaram o seu supervisor na Unidade de Cirurgia Ambulatória da Universidade de Medicina e Odontologia de Nova Jersey, que pretendia obrigá-las a participar em abortos; o da enfermeira [Cathy DeCarlo](#), empregada num hospital da cidade de Nova Iorque, que se viu instada a colaborar num aborto com a ameaça de que, se se negasse a fazê-lo, seria acusada de insubordinação e abandono da paciente.

Outras vezes, as pressões recaíram sobre entidades às quais uma norma exigia práticas contrárias às suas ideias. No ano passado, o Supremo Tribunal [decidiu contra uma lei da Califórnia](#) que obrigava centros de cuidados para grávidas –

geridos por organizações pró-vida – a fazer publicidade do aborto. E em diversas [decisões de 2014 e 2016](#), o Supremo pediu à Administração Obama que adaptasse o “mandato contracetivo” – rebatizado pelos seus críticos como o “mandato contrário à consciência” – às convicções dos que não queriam ver-se obrigados a disponibilizar a cobertura de contraceptivos, de pilulas com possível efeito abortivo e a esterilização nos seguros de saúde das suas empregadas.

O regulamento aprovado agora – que entrará em vigor 60 dias depois de publicado no Gabinete do Registo Federal – protege os profissionais de saúde que não desejam intervir em práticas contra as quais têm sérias objeções morais. Também abarca os alunos das faculdades de medicina e os investigadores de projetos subsidiados pelo HHS.

Este último aspeto é particularmente interessante, pois hoje não é estranho – como explica o próprio regulamento – que estudantes de medicina e enfermagem contrários ao aborto e à eutanásia acabem por rejeitar especialidades como obstetrícia, medicina de família ou geriatria, por receio de que não sejam respeitadas as suas objeções.

As diretrizes também irão proteger hospitais e centros de saúde contra leis como a da Califórnia e, inclusivamente, as seguradoras. E os pais que têm objeções a que os seus filhos se vejam obrigados a submeter-se a determinados testes e tratamentos.

Entre outras garantias, a norma prevê a retirada de fundos federais a qualquer centro médico subsidiado com dinheiros públicos que não respeite os direitos de consciência dos seus empregados. Em caso de incumprimento, as autoridades devem procurar uma solução pacífica antes de passarem às sanções.

O regulamento foi criticado pelos que pensam que o de Obama dava suficientes garantias à objeção de consciência. Acusam Trump de dar prioridade às crenças religiosas em detrimento do direito ao aborto e do acesso a outros serviços. Daí que o procurador de São Francisco tenha recorrido da norma perante um tribunal federal no mesmo dia em que Trump a tornou pública, no passado dia 2 de maio.

Mas pode-se responder, como o fizeram os opositores do “mandato contra a consciência”, que a Administração Trump não está a impedir o acesso ao aborto com estas garantias: está somente a assegurar que aqueles que não desejam fazê-los, não os realizem e deem lugar aos que estão dispostos a efetuá-los.

É verdade que a data escolhida para a apresentação ao país do regulamento – o Dia Nacional da Oração – pode levar a mal-entendidos. Mas a norma deixa claro que os direitos de consciência não são exclusivos dos crentes, pois também os não crentes podem objetar por motivos éticos.

Em vez de uma proteção especial para um grupo, o HHS está a reivindicar o princípio de não discriminação para todos. Daí que apresente as suas diretrizes como “uma norma de direitos civis”. Assim, não só torna mais efetiva a proteção dos direitos de consciência, como, além disso, envia uma poderosa mensagem: nas democracias liberais, liberdade de consciência e liberdade religiosa não são direitos de segunda, que devam ceder perante as pretensões dos que pensam que apenas os *meus* são discriminados; trata-se de “direitos fundamentais protegidos pela Constituição e por numerosas normas federais”, nas palavras do regulamento.

Por isso, com a mesma clareza com que os bispos católicos se opuseram a [determinados aspetos da política migratória](#) da Administração Trump, [agora elogiam](#) estas diretrizes por procurarem “assegurar que as leis em vigor protetoras dos direitos de consciência no âmbito da saúde sejam conhecidas, aplicadas e cumpridas”. É um modo equilibrado de se situar perante a presidência de Trump, que já seguiram com Obama e que praticam intelectuais [como Robert P. George](#): apoiar as medidas que acham acertadas e denunciar as que consideram erradas.

J. M.

Jean Guilton: Cultivar o espírito e a vida intelectual

É possível que os clássicos conselhos de [Jean Guilton](#) (1901–1999) sobre o cultivo da inteligência tenham passado relativamente despercebidos há mais de cinquenta anos, quando os deu a conhecer pela primeira vez. Mas hoje a atenção ou a espera que recomenda em “[Le travail intellectuel](#)”, podem ser indispensáveis para contrariar as sequelas que o bulício tecnológico ou a influência das *fake news* deixam no nosso espírito.

Temos de fugir dos estereótipos e insistir, como Guilton, que o trabalho intelectual não é somente algo próprio dos escritores; tão-pouco dos académicos. Nem sequer é exclusivo dos filósofos, nem dessa elite oracular que, desde há diversos anos, assume com arrogância o debate público. É a modesta vocação de quem tem a sorte de entender que a existência humana é plena quando se desenvolve e o faz espiritualmente.

Guilton apresenta conselhos – muito diretos, muito práticos –, mas não para quem procura o sucesso no estudo, o brilho social ou a celebridade profissional. A estes basta-lhes terem estratégias triviais. Quem está necessitado de ajuda é o que procura a verdade, mas desconhece as viagens que o aproximam dela; quem se deseja comprometer com o trabalho da mente, mas não sabe como se preparar. O que não se cansa de explorar o universo, mas ignora a maneira de articular as suas interrogações.

Mas é a combinação entre o objetivo mais elevado – a busca da verdade, a proximidade ao mistério – e o mais quotidiano – o conjunto de tarefas que ao pensador francês lhe parecem insubstituíveis, como a leitura e o estudo exaustivo, a escrita pura mas desinteressada, sem destinatário nem público – o que converte o trabalho da mente numa tarefa humilde, sossegada, como a que leva a cabo o artesão na sua oficina, mas também extremamente bela. É a rotina quotidiana, a fidelidade às tarefas diárias, a liturgia que dá acesso ao mundo do espírito.

Essa vida da inteligência aquilata-se, explica Guilton, na vivência das virtudes humanas, pois não existem fórmulas mágicas para quem deseja introduzir-se no caminho da sabedoria, que não sejam as balizas do esforço, do silêncio, da atenção sustentada e da perseverança. A pessoa deve fugir das novidades, centrar-se numa tarefa, regressar e regressar sempre ao mesmo tema, com a paciência do lavrador.

O que procura, em resumo, quem estuda, a não ser a verdade? As modas pedagógicas antepõem muitas vezes a eficácia, esquecendo que o sentido da ação humana – também no estudo, defende Guilton – revela-se refletido sempre sobre o seu objetivo. Se a educação perde o seu objetivo, qualquer que seja o seu nível, fracassa.

Seria fácil criticar o nosso sistema educativo, mas a solução tem de ser propositiva. Devem-se seguir estes conselhos que explicam, a partir da experiência vivida, como ler melhor, como aprofundar o estudo e como se desenvolver com maestria na arte da escrita, sem ocultar que nessas batalhas são abatidos os que procuram os atalhos fáceis. Poderia mesmo provocar um certo escândalo a apologia do ditado ou da cópia feita por Guitton, convencido de que a melhor maneira de aprender verdadeiramente a escrever e a pensar é através de se embeber com as grandes obras da literatura e do pensamento.

Tem de se evitar o prurido da originalidade. É inegável que o pensador francês venerava a cultura e pensava que, sem um aprofundar nela, é impossível educar o bom gosto, algo que recorda apreciações recentes de outros autores, como [Roger Scruton](#). Mas onde fica então a criatividade? Como promover, nessas condições, o critério próprio e a liberdade do estudante? Mais do que submetê-lo ao jugo do passado, a tradição cultural liberta-o da coação do presente, ajudando-o a entender que, se a inovação não se quer esgotar na fugacidade do momento, para fazer sentido exige forjar-se no diálogo, igualmente crítico, com a cultura a que se pertence.

Guitton elabora, com a exaustividade do bom contabilista, um inventário dos aparelhos de que o homem necessita para escapar da trivialidade cultural, propondo semear de profundidade o lugar onde existe frivolidade; de erudição, o sítio onde campeia a estéril tendência para a especialização e, por último, de reflexão, o âmbito onde se rege apenas a repetição vazia de lugares-comuns.

Embora no momento da sua publicação, se dirigisse aos jovens, os destinatários das suas observações podem ser, na realidade, todos aqueles que não renunciaram a pensar por si próprios, nem a cultivar o pensamento crítico, e que se negam explicitamente a abdicar da verdade. A obra constitui, portanto, um poderoso antídoto contra o relativismo e a cultura *light*.

É recomendável ler e reler este ensaio breve e belo, penetrante e humilde, prático e, que, ao mesmo tempo, convida à mais elevada contemplação. Jean Guitton foi possivelmente chamado a ser o professor ou guia intelectual de muitos, como para ele próprio foi mentor o padre Alphonse Gratry, com “Les sources”, ou Antonin-Gilbert Sertillanges, com “La vie intellectuelle”, livros que, como este, ensinam algo que por vezes se esquece: a vida intelectual, embora implique exigência, está ao alcance de todos; só se deve buscar com zelo a verdade e seguir certos conselhos e rotinas para descobri-la.

J. C.

“Cómo mandar bien”

Autor: Manuel Alcázar
Rialp. Madrid (2018)
144 páginas.

A finalidade de qualquer organização é cumprir a sua missão, através da concretização de determinados objetivos associados à sua atividade. Para isso, é necessário que pessoas a trabalhar nelas desempenhem as funções e as tarefas que lhes foram atribuídas. Mas alguém deve defini-las, atribuí-las e coordená-las procurando a todo o momento aquilo que convém à organização. Em resumo, como salienta Manuel Alcázar, algumas dessas pessoas devem comandar, ou o que é a mesma coisa, devem “dirigir outros”. Este livro explica como fazê-lo bem.

O leitor não vai encontrar um guia prático com “fórmulas mágicas”, mas abordagens a considerar e comportamentos a evitar. O ensaio parte de uma profunda reflexão sobre o papel e o tratamento que devem receber as pessoas, para que as organizações alcancem, de maneira consistente, os seus objetivos finais. Tanto no enfoque como na perspetiva que adota, refletem-se, por um lado, a sólida formação em filosofia e no governo de organizações do autor e, por outro, a sua vasta experiência como consultor e professor de Direção de pessoas, Ética e Antropologia Analítica no PAD, a Escola de Direção da Universidad de Piura (Peru).

Alcázar parte da máxima “comandar é servir”. Deve servir-se os clientes, mas isto não acontecerá se não se servir, em primeiro lugar, as pessoas que pertencem à organização e desempenham o seu trabalho nelas. Recorda, neste sentido, que aprender a comandar exige aprender a obedecer, e que para comandar bem deve facilitar-se a obediência. É imprescindível escutar, certificar-se de que a pessoa que se vai dirigir sabe e pode, e estar convencida de que aquilo que se vai atribuir fazer é “bom e inteligente”.

Outro fator indispensável para o exercício do comando é o prestígio, que se constrói, além de com boas intenções, com o conhecimento do ofício e do negócio. Neste terreno são de enorme ajuda duas virtudes: a humildade (não é possível saber tudo) e a solidariedade (procurando sempre o bem dos outros: empregados, clientes, ou quem quer que seja que se relacione com a empresa). É importante, por outro lado, ter sob controlo o exercício do poder, evitando incorrer num uso injusto ou excessivo.

Dirigir é motivar, defende Alcázar, e isto exige conhecer bem as pessoas com as quais se trabalha, não apelar a motivações de baixa qualidade (que as levarão a sentir-se instrumentali-

zadas) e, especialmente, dar e ser exemplo. Por último, o livro aborda o tema da liderança: segundo o autor, liderar consiste em ser eficaz alcançando os objetivos marcados, procurar e encontrar oportunidades para o desenvolvimento da empresa, e gerar confiança.

Pelas questões e pelo modo como este livro aborda o exercício do bom comando, pode dizer-se que o autor consegue o que se propôs: ser uma ajuda para que qualquer dirigente venha a alcançar, junto das pessoas a seu cargo, os objetivos e fins da sua organização.

L. B. M.



“Chernobyl”

“Chernobyl”

Realizador: Craig Mazin

Atores: Jared Harris; Emily Watson; Jessie Buckley

Duração: 5 episódios de 60 minutos cada um

Ano: 2019

Em abril de 1986, um reator nuclear da Central Atómica de Chernobyl explode. Estava situada na Ucrânia, na altura uma das repúblicas soviéticas da URSS. A explosão vai originar uma onda radioativa que se espalha pela Polónia, Suécia, Alemanha e outros países. O que era para ser mantido em segredo pelo regime comunista, vai sendo conhecido e o que faz esta série é desvendar em larga escala esses factos...

A série merece ser vista, pois descreve a origem do desastre e o desenrolar da crise. Torna-se claro que líderes a atuar para a obtenção de resultados imediatos a toda a pressa e a todo o custo, correm riscos fatais. Desprezam o conselho de peritos na matéria, orientando-se pelos interesses pessoais. Quando se dá o desastre, recusam-se a aceitar os factos e preferem agarrar-se a teorias que justifiquem as suas atuações. Criam uma teia de mentiras para encobrir a verdade, mas pouco a pouco tudo se descobre. No entanto, na crise também surge o que de melhor é capaz a natureza humana. Assim, para cada dificuldade encontrada, aparecem soluções e pessoas capazes de intervir. Mas essas só atuam quando sabem a verdade. A motivação transcendente é um poderoso motor de atos heroicos e, aqui, foram muitos e autênticos.

Tópicos de análise:

1. Encobrir a verdade só piora a questão e adia a solução.
2. Contar com pessoas experientes é útil em situações de crise.
3. Fazer o que é correto reforça e dá valor à ação pessoal.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

